



Angola

Exame nacional 2015 da Educação para Todos

Este relatório foi preparado pelas autoridades nacionais competentes com vista ao Fórum Mundial sobre a Educação (Incheon, República da Coreia, 19-22 de maio de 2015). Este relatório foi apresentado em resposta ao convite feito pela UNESCO aos seus Estados Membros para avaliar os progressos realizados desde 2000 com vista a atingir a Educação para Todos (EPT).

As ideias e opiniões expressas neste documento pertencem aos seus autores e não vinculam a UNESCO. As designações utilizadas e a apresentação de dados nele contidos não implicam qualquer tomada de posição pela UNESCO quanto ao estatuto jurídico dos países, territórios, cidades ou zonas, ou das suas autoridades, nem quanto à delimitação das suas fronteiras ou limites.

Este documento pode ser citado da seguinte forma: "Exame nacional 2015 da Educação para Todos: Angola". Para mais informações contactar : efa2015reviews@unesco.org



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



LUANDA
Novembro - 2014

FICHA TÉCNICA

Título:
Relatório de Monitorização
Sobre Educação para Todos

Setembro - 2014

Autor:

Ministério da Educação

Orientação:

Sua Excelência Ministro da Educação

Dr. Mpinda Simão

Coordenação:

Secretária de Estado para o

Ensino Geral e Acção Social

Dra. Ana Paula Inês Luís Nala Fernando

Organização Temática:

Unidade Técnica de Coordenação da Educação para Todos
(INIDE, DNEG, GEPE, INEE, DNASE, DNEA, DNETP, INFO)

Aprovação:

Conselho de Direcção

Ministério da Educação

Edição:

Centro de Documentação e Informação

Ministério da Educação

Impressão:

Serviços de Reprografia

Secretaria-geral

Ministério da Educação

Tiragem:

30 Exemplares

Copyright:

© - MED [2014]

Todos os Direitos Reservados



**SUA EXCELÊNCIA
PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Eng.º JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS**

(...) 79% Das crianças têm acesso ao Ensino Primário e 48% beneficiam de merenda escolar. Nos próximos tempos, os nossos esforços serão direccionados para a melhoria da qualidade do ensino a todos os níveis, fundamentalmente no Ensino Primário e Secundário. Hoje temos 7,4 milhões de alunos matriculados em todos os Níveis de Ensino não Universitário, dos quais 5,1 milhões no Ensino Primário e 2,3 milhões no Ensino Secundário. O número de professores é de 278 mil, dos quais 153 mil no Ensino Primário e Classe de Iniciação e 125 mil no Ensino Secundário. Com vista a melhorar a qualidade do Ensino de Base, o Executivo vai empreender acções para melhorar a formação de professores (...).

**José Eduardo dos Santos
Presidente da República de Angola
Extractos da Mensagem Sobre o Estado da Nação
Assembleia Nacional - 15 de Outubro de 2013**



Objectivo I:

Expandir e melhorar, em todos os aspectos, cuidados e educação na primeira infância, especialmente para as crianças mais vulneráveis e desfavorecidas;

Objectivo II:

Assegurar que até 2015 todas as crianças e, sobretudo, as meninas e crianças em situação difícil e pertencentes a minorias étnicas, tenham acesso a um ensino primário gratuito e obrigatório de boa qualidade e o concluem;

Objectivo III:

Responder às necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos, através do acesso equitativo a uma aprendizagem adequada e a programas de preparação para a vida activa;

Objectivo IV:

Aumentar em 50% até ao ano 2015 o número de adultos alfabetizados, em particular mulheres, facilitando a todos os adultos um acesso equitativo à educação básica e à educação permanente;

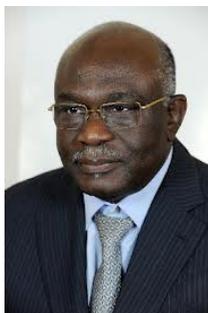
Objectivo V:

Eliminar as disparidades de género no ensino primário e secundário, até 2005, e alcançar, até 2015, a igualdade entre os sexos na educação, garantindo às meninas um acesso pleno e equitativo a uma educação básica de boa qualidade, com as mesmas possibilidades de sucesso;

Objectivo VI:

Melhorar todos os aspectos qualitativos da educação, garantindo resultados de aprendizagem reconhecidos e mensuráveis, especialmente em leitura, escrita, cálculo e habilidades práticas essenciais para a vida.

PREFÁCIO



Dr. Pinda Simão
Ministro da Educação

O compromisso político do Estado Angolano para com a Educação de Qualidade para Todos remonta a Março de 1990 por ocasião da Conferência Mundial de Educação para Todos realizada em Jomtien (Tailândia) que adoptou a Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem subscrita pela maioria dos Estados da Comunidade Internacional e reafirmado em Abril de 2000 no Fórum Mundial de Educação, realizado em Dakar (Senegal) e que adoptou o Quadro de Acção de Educação para Todos até 2015.

Estes dois eventos internacionais definiram um amplo conjunto de desafios que vêm sendo enfrentados de modo diverso, em que então, esforços colectivos significativos têm sido desenvolvidos no sentido de prover os meios para se melhorar as condições educativas de milhares de crianças, jovens e adultos.

Este compromisso decorre igualmente do preceito constitucional que estabelece a Educação como um Direito Fundamental e do cumprimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos que estabelece a educação como "a plena expansão da personalidade humana e o reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais", em cujo artigo 26º estabelece a instrução elementar gratuita, obrigatória e universal

Os nossos esforços têm sido orientados e concentrados na concretização da política educativa do país cuja visão estratégica está claramente reflectida em três pilares, sendo: o acesso, a equidade e a qualidade educativas como prioridades.

Com a conquista efectiva da Paz em Abril de 2002 a República de Angola tem realizado acentuados progressos nesses domínios estruturais de intervenção estratégica sendo as taxas de crescimento nos diferentes níveis, modalidades e subsistemas de ensino superiores a 50% à esta parte. A adesão da República de Angola a Iniciativa Salto Decisivo, universalmente designada por "Big Push" e Março de 2013 tem permitido reforçar, consolidar e desenvolver as acções em curso com destaque para a implementação dos Seis (6) Objectivos do Quadro de Acção de Dakar, sendo o nosso país, apontado como um bom exemplo de forte engajamento político.

Reiteramos o compromisso do Estado Angolano para uma Educação de Qualidade para Todos e que nos engajemos todos com a convicção de que a Educação é um problema da Nação.

Mpinda Simão
Ministro da Educação

Siglas e acrónimos

IBE - Inquérito sobre o Bem-Estar da População

CI- Centro Infantil

CIC's - Centros Infantis Comunitários

MED - Ministério da Educação
MINARS- Ministério da Assistência e Reinserção Social
MAPTSS- Ministério da Administração Pública Trabalho e Segurança Social
MINFAMU- Ministério da Família e Promoção da Mulher
PAAE – Programa de Alfabetização e Aceleração Escolar
PERA- Plano Estratégico para a Revitalização da Alfabetização
PAEP- Programa de Apoio ao Ensino Primário
EAC- Escolas Amigas da Criança
CNUNESCO – Comissão Nacional para a UNESCO
ODM- Objectivos do Desenvolvimento do Milénio
QAD – Quadro de Acção de Dakar
PAN-EPT –Plano de Acção Nacional de Educação para Todos
VIH e SIDA- Virus de Imuno-deficiência Adquirida
OGE – Orçamento Geral do Estado

SOMMAIRE

SOMMAIRE	7
RECONHECIMENTOS	10
SECTION 1 : DONNEE GENERALE DU PAYS ET ENGAGEMENT DU PAYS EN FAVEUR DE L'EPT	11
1.1. Caracterização da situação política económica e social	11
1.2. Contexto da política nacional sobre a educação:	13
1.3. Parcerias	14
SECTION II : PROGRESSOS E DESAFIOS	16
Objectivo I: Expandir e melhorar, em todos os aspectos, cuidados e educação na primeira infância, especialmente para as crianças mais vulneráveis e desfavorecidas;	16
Objectivo II: Assegurar que até 2015 todas as crianças e, sobretudo, as meninas e crianças em situação difícil e pertencentes a minorias étnicas, tenham acesso a um ensino primário gratuito e obrigatório de boa qualidade e o concluam;	18
Objectivo III: Responder às necessidades de aprendizagem de todos os jovens e adultos, através do acesso equitativo a uma aprendizagem adequada e a programas de preparação para a vida activa;.....	22
Objectivo IV: Aumentar em 50% até ao ano 2015 o número de adultos alfabetizados, em particular mulheres, facilitando a todos os adultos um acesso equitativo à educação básica e à educação permanente;	25
Objectivo V: Eliminar as disparidades de género no ensino primário e secundário, até 2005, e alcançar, até 2015, a igualdade entre os sexos na educação, garantindo às meninas um acesso pleno e equitativo a uma educação básica de boa qualidade, com as mesmas possibilidades de	27
Objectivo VI: Melhorar todos os aspectos qualitativos da educação, garantindo resultados de aprendizagem reconhecidos e mensuráveis, especialmente em leitura, escrita, cálculo e habilidades práticas essenciais para a vida.....	28
SECTION III. IMPLEMETANÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE EPT	30
Objectivo 1.	30
Objectivo 2.	30
Objectivo 3.	32
Objectivo 4.	32
Objectivo 6.....	33
Estruturas e Mecanismos de Coordenação:.....	34
Actividades Realizadas no Período 2013-2014.....	34
SECTION IV. PERSPECTIVA PARA O PERÍODO PÓS-2015	36
4.1 Lições Aprendidas.....	36
4.2 Áreas Prioritárias e Políticas para o período Pós 2015	36
4.3 Recomendações	43
ANEXOS	44

Tabela 1 : número de instituições e crianças atendidas por província na pública e privada- 2012.....	44
---	-----------

Tabela 2.1: Taxa de Conclusão no ensino primário nos países da África Sub-Sahariana	21
Gráfico 1.1: Orçamento da Educação em % do Orçamento Geral do Estado	15
Gráfico nº 2.1 : Instituições Públicas, Privadas e Comunitárias da PI	16
Gráfico 2.2. Número de Crianças beneficiárias do Atendimento à Educação da Primeira Infância -2012	17
Gráfico 2.3. Evolução dos alunos matriculados na classe de iniciação	17
Gráfico 2.4: Evolução do número de salas de aula	18
Gráfico 2.5: Evolução do número de alunos	18
Gráfico 2.6 Evolução dos Alunos do Ensino Primário e Secundário no Ensino Especial	19
Gráfico 2.7: Evolução do Corpo Docente	19
Gráfico 2.8: Taxa Líquida de Frequência do Ensino Primário e Secundário	20
Gráfico 2.9: Níveis de Atraso Escolar no Ensino Primário	21
Gráfico 2.10. Evolução do Número de Sala de Aulas no Ensino Secundário	22
Gráfico 2.11: Evolução das Escolas do Ensino Técnico Profissional	22
Gráfico 2.12: Evolução do Número de Alunos do Ensino Secundário Geral Iº Ciclo	23
Gráfico 2.13: Evolução dos alunos	23
Gráfico 2.14. Evolução do Corpo Docente no Ensino Secundário Geral e Técnica	23
Gráfico 2.15: Taxa de Alfabetização	26

RECONHECIMENTOS

SECTION 1 : DONNEE GENERALE DU PAYS ET ENGAGEMENT DU PAYS EN FAVEUR DE L'EPT

I.1. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO POLITICA ECONOMICA E SOCIAL

A República de Angola está localizada no continente africano, com uma extensão territorial de 1.246.700 Km. É um estado independente a partir do dia 11 de Novembro de 1975. De aos resultados preliminares do Censo 2014, Angola tem uma população de 24.383.301 habitantes. A distribuição por género definida a partir da amostra do referido relatório, aponta para uma população composta por 48% de homens e 52% de mulheres. Este desequilíbrio na distribuição do género traduz-se num índice geral de masculinidade de 0,94 – ou seja, 94 homens para 100 mulheres. A população encontra-se concentrada maioritariamente nas áreas urbanas (62,3%), sendo que apenas 37,72% da população vive nas áreas rurais. A análise da distribuição etária revela que a população angolana é jovem, com 48% de pessoas com idade inferior a 15 anos, sendo que menos de 50% da população é economicamente activa. As mulheres em idade reprodutiva (15-49 anos) constituem 44% e uma em três pessoas está em idade escolar (6-17 anos).

O PIB de Angola cresceu 5,1% em 2013, abaixo do valor-alvo. Apesar dos bons indicadores económicos, políticas são necessárias para eliminação da pobreza, neste contexto é necessário investimento em competências e infra-estrutura para melhorar o desenvolvimento humano.

Em Angola, os gastos no sector social têm sido historicamente baixos se comparados com os investimentos feitos noutros países africanos, por exemplo em 2014, foram alocados 6,16% para o sector de educação.

A saúde é um dos factores que contribui para a sustentabilidade dos processos de crescimento económico. Na verdade, algumas evidências empíricas reconhecidas em estudos do Banco Mundial e do PNUD apontam para índices relevantes de correlação entre melhor saúde e incremento da produtividade geral do trabalho.¹

Desde o fim da guerra civil em 2002, relevantes progressos foram alcançados:

- A mortalidade materna diminuiu em 57,1% para 600 mortes em 100 mil nascimentos
- A taxa global de mortalidade infantil reduziude 20%, para um em cada cinco
- A má nutrição reduziu, tendo caído de 35% para 23% da população
- A prevalência de crianças com baixo peso diminuiu de 37% para 16%.

Apesar destes esforços, o impacto sobre resultados de saúde tem sido moderada, a expectativa de vida ao nascer estimada em 47 anos, em 2010, ainda está entre os mais baixos do mundo.

¹Relatório Social de Angola- UCAN-CEIC

Isto deve-se principalmente devido a baixa taxa de cobertura e da falta de qualidade dos serviços. Há também uma discrepância entre o forte investimento em infra-estruturas de saúde, isto é, hospitais, centros de saúde, e a distribuição geográfica desigual de profissionais de saúde.

O Plano Nacional de Desenvolvimento da República de Angola (PND) para 2013-2017 inicia um novo ciclo da história e experiência do sistema de planeamento de Angola. De facto, é o primeiro plano de médio prazo elaborado no quadro da nova Constituição do País e após a aprovação da Lei de Bases Gerais do Sistema Nacional de Planeamento.

Situa-se no meio-percurso da Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Longo Prazo “Angola 2025”, na fase de Modernização e de Sustentabilidade do Desenvolvimento, centrada na Estabilidade e Crescimento e na valorização do Homem. Esta valorização assenta, em primeiro lugar, na alfabetização e escolarização de toda a população, que são a base para a formação e qualificação técnico-profissional e formação superior dos seus Quadros, essenciais ao Desenvolvimento Sustentável, Equitativo de Angola.

Metas do Desenvolvimento Social

Nos Sectores Sociais, merecem destaque pela positiva os seguintes factos:

- Forte expansão do número de alunos no ensino não universitário (15%);
- Melhoria da taxa bruta de escolarização (29% em 3 anos);
- Incremento do número de salas de aula (9%);
- Rápido crescimento do número de alunos matriculados (68%) e de docentes do ensino superior (21%);
- Aumento do número de bolsas internas (200%) e de bolsas externas (21%);
- Redução do número de casos de doenças diarreicas agudas (-68%) e de doenças respiratórias (-24%);

Alguns indicadores revelam evolução negativa que importa sublinhar:

- Crescimento da taxa de abandono escolar (de 8,8% para 15,5%);
- Redução da taxa de aprovação escolar (de 78% para 72%);
- Aumento do número de casos de malária (21%), de sida (127%) e febre tifoide (95%);
- Redução do número de leitores da Biblioteca Nacional (-25%).

1.2. CONTEXTO DA POLITICA NACIONAL SOBRE A EDUCAÇÃO:

O Fórum Mundial de Educação realizado em Dakar, Senegal de 26 a 28 Abril 2000 reafirmou o princípio enunciado na Declaração Mundial sobre Educação Para Todos (Jomtien,1990) de garantir o direito a todas pessoas - crianças, jovens e adultos- a uma formação para responder às suas necessidades educativas fundamentais. O quadro referencial adoptado em Dakar, assenta-se na Declaração Universal dos Direitos do Homem e na Convenção sobre os Direitos da Criança.

Com base nas recomendações da Declaração de Dakar foi elaborado o **Plano Nacional de Educação para Todos em Angola (PAN-EPT) para o período 2001-2015** que previu as estratégias de desenvolvimento da Educação Para Todos em três fases, designadamente: a fase de Emergência (2003 – 2006), a fase de Estabilização (2007 – 2011) e a fase de Desenvolvimento (2012 – 2015).

O referido documento foi concebido com o objectivo de dar a conhecer as linhas gerais e específicas (diagnóstico) e o prognóstico a curto, médio e longo prazos do Sistema de Educação, com vista a responder os desafios sobre acesso e qualidade nos subsistemas, níveis e modalidades de ensino que o integram, nomeadamente: Alfabetização e Ensino de Adultos, Ensino de Base Regular, Ensino Médio (Normal e Técnico-Profissional), Ensino Superior e Formação Profissional, e dar resposta aos compromissos assumidos sobre as Recomendações de Conferências Regionais e Internacionais no domínio da Educação, nomeadamente, o Decénio Africano de Educação, instituído pela OUA, o Quadro de Acção do Fórum Mundial sobre Educação Para Todos e o Decénio das Nações Unidas de Alfabetização Para Todos até 2015.

Volvidos 12 anos desde a adopção daquele Plano-Quadro a quase totalidade das acções e medidas então preconizadas não foram cumpridas na totalidade por constrangimentos de ordem conjuntural e estrutural.

Assim, a Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação para o período de 2001-2015 constituiu um instrumento de orientação estratégica do Governo da República de Angola para o Sector da Educação no sentido de direccionar, integrar e conjugar o esforço nacional na perspectiva de uma educação pública de qualidade para todos nos próximos 15 anos.

Em 2011, o Ministério da Educação, com apoio de UNICEF, realizou a Avaliação de Médio Termo da Implementação do PAN-EPT 2001-2015. Foram identificados vários constrangimentos e dificuldades na execução das acções previstas, destacando-se os problemas endógenos como a deficiente qualidade dos professores, a falta de equipamentos de

ensino, as debilidades no acompanhamento e controle da acção educativa (inspecção e supervisão), a insuficiência de meios financeiros, de transporte e de outros recursos, para além de problemas exógenos ligados a Política de Administração e Gestão Pública que se consubstanciam na ausência de mecanismos e de instrumentos eficazes para a descentralização e autonomização administrativa e financeira e a compatibilização entre acções descentralizadas e directrizes nacionais sectoriais. Para além destes constrangimentos, verifica-se a ausência de Mecanismos de Controlo Social e de Transparência que permitiriam a monitorização e acompanhamento dos planos, programas e as actividades educativas.

Com base nesta avaliação, o Ministério da Educação decidiu proceder ao realinhamento do PAN-EPT e a sua actualização fase aos novos desafios de desenvolvimento sustentável de Angola até o ano 2025. O PAN-EPT prevê acções até o ano 2020 para facilitar a realização acelerada das metas previstas e a sua consolidação, havendo necessidade de uma avaliação do seu impacto a médio e a longo prazo.

Plano de Acção Nacional de Educação Para Todos em Angola (PAN-EPT) cobrirá o período de 2013 a 2020 e representa um esforço inter-ministerial, envolvendo as seguintes instituições: Ministério da Educação, Ministério da Assistência e Reinserção Social, o Ministério do Trabalho e Segurança Social e o Ministério da Família e Promoção da Mulher.

Neste âmbito o Ministério da Educação com foco nas políticas de implementação de Educação Para Todos define como estratégias para o Sector:

1. A criação de um quadro jurídico legal fundamentada na Lei de Bases do Sistema de Educação (Lei 13/01 de 31 de Dezembro) como instrumento regulador da Política Educativa nacional, definidas como prioridades o **acesso**, a **equidade** e a **qualidade**.

1.3. PARCERIAS

Tendo em consideração que o Programa de EPT é uma tarefa de Todos e que alguns dos objectivos se consignam as actividades de outros Ministérios, como: Ministério da Assistência e Reinserção Social –MINARS, no atendimento a primeira Infância; Ministério da Família e Promoção da Mulher – MINFAMU, para as questões ligadas ao género; Ministério da Administração Pública Trabalho e Segurança Social – MAPTSS, para a Formação Profissional de Jovens e Adultos não integrados no sistema formal de ensino, estes órgãos da Administração Central do Estado integram a Equipa Nacional de Coordenação e Monitorização de EPT.

As organizações da Sociedade Civil na sua maioria membros da Rede Angolana de Educação para Todos (REDE-EPT) têm dado as suas contribuições nas diversas áreas ligadas aos Objectivos de Educação para Todos.

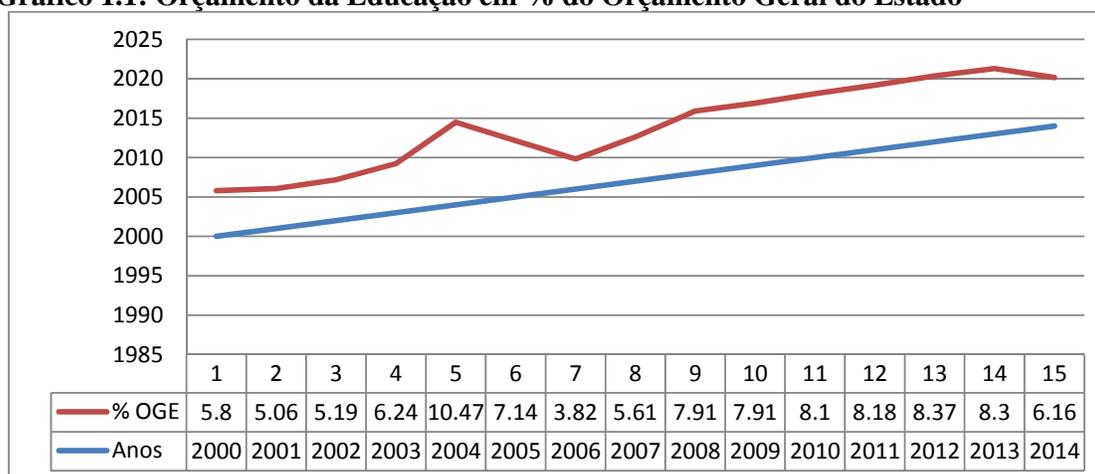
A parceria com as Agências das Nações Unidas como a UNESCO e UNICEF consubstanciam-se na Assistência Técnica na área de planificação e do reforço de capacidade dos membros da Equipa Técnica de Coordenação de Trabalho de EPT e às Direcções Nacionais do Ministério da Educação.

Os parceiros internacionais de desenvolvimento jogam um papel importante tanto na assistência Técnica como financeira à projectos ligados a formação de professores do Ensino Primário, como é o caso da União Europeia e o Banco Mundial.

1.3.2. Financiamento do Sector da Educação

No que concerne ao financiamento à Educação, está reflectido na tabela e gráfico abaixo:

Gráfico 1.1: Orçamento da Educação em % do Orçamento Geral do Estado



O quadro em referência demonstra o indicador de financiamento da educação relacionado com o orçamento da Educação em percentagem do Orçamento Geral do Estado (OGE).

Uma breve análise das tendências, permite-nos inferir que, para além da média não satisfazer as necessidades educativas do país, verifica-se uma oscilação na sua alocação, como se observa no Orçamento atribuído à Educação para o ano de 2014 (6, 16%), muito abaixo da média da SADC e aquém da proposta mundial, 20%. No entanto, nos últimos 14 anos, 2004 foi de maior bonança.

SECTION II : PROGRESSOS E DESAFIOS

Em relação aos **progressos na implementação dos Objectivos do PAN-EPT 2001-2015**, foi demonstrado que algumas metas e objectivos traçados foram alcançados parcialmente. O maior dos progressos continua sendo a evolução positiva do número de efectivos escolares.

Os desafios gerais estão alinhados em função dos objectivos definidos na Estratégia de Desenvolvimento Angola 2025, que visa “Promover o desenvolvimento humano e educacional, com base numa educação e aprendizagem ao longo da vida para todos e cada um dos angolanos”

OBJECTIVO I: EXPANDIR E MELHORAR, EM TODOS OS ASPECTOS, CUIDADOS E EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA INFANCIA, ESPECIALMENTE PARA AS CRIANÇAS MAIS VULNERAVEIS E DESFAVORECIDAS;

Em Angola institucionalmente a responsabilidade pela prestação de cuidados e educação à primeira infância é repartida entre os Ministérios da Assistência e Reinserção Social e o Ministério da Educação, como estabelece a **Lei nº 13/2001 (Lei de Base do Sistema de Educação e Ensino)**, já que, define a educação pré-escolar como um subsistema de educação e ensino a que têm direito todas as crianças sem qualquer discriminação.

De acordo as responsabilidades dos Departamentos Ministeriais, no momento, não dispomos de dados evolutivos referentes de acesso aos serviços da primeira infância do período de 2000-2011. Os graficos abaixo ilustram apenas dados referentes ao ano de 2012, sobre o nº de instituições e crianças

Gráfico nº 2.1 : Instituições Públicas, Privadas e Comunitárias da PI

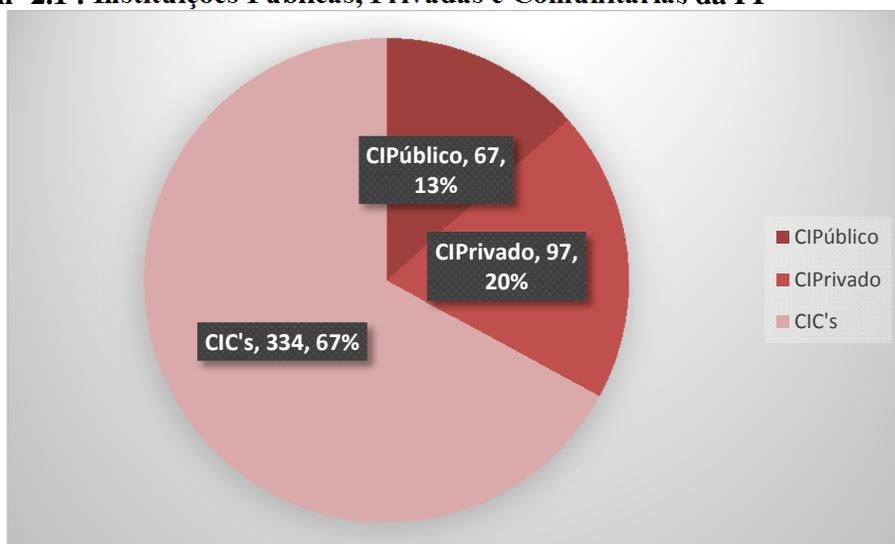
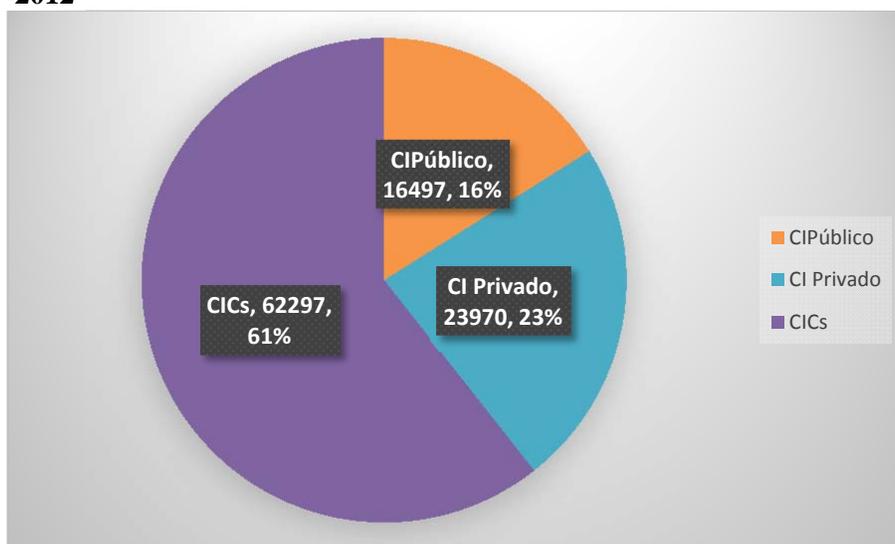
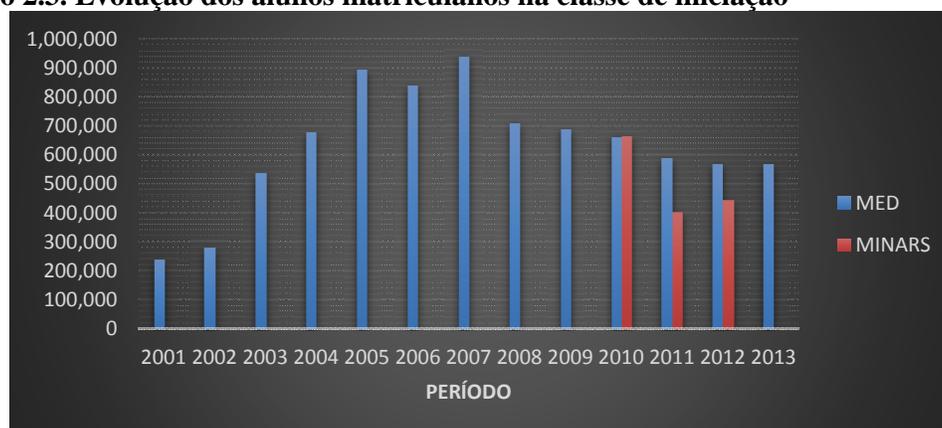


Gráfico 2.2. Número de Crianças beneficiárias do Atendimento à Educação da Primeira Infância -2012



Os dados do gráfico demonstram o número de Instituições de Atendimento à Primeira Infância e o total de crianças que beneficiaram dos serviços da Educação da Primeira Infância no ano 2012, nas áreas urbanas e periurbanas. Este serviço ainda não é abrangente as áreas rurais.

Gráfico 2.3. Evolução dos alunos matriculados na classe de iniciação



O gráfico acima ilustra a evolução do número de crianças matriculadas na classe de iniciação no período de 2001-2013, Ministério da Educação. Os dados do MINARS ilustram somente o período 2010-2012.

OBJECTIVO II: ASSEGURAR QUE ATÉ 2015 TODAS AS CRIANÇAS E, SOBRETUDO, AS MENINAS E CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DIFÍCIL E PERTENCENTES A MINORIAS ÉTNICAS, TENHAM ACESSO A UM ENSINO PRIMÁRIO GRATUITO E OBRIGATÓRIO DE BOA QUALIDADE E O CONCLUAM;

A promoção de um ensino primário gratuito e de boa qualidade para todas as crianças, verificou-se uma expansão do número de escolas e de salas de aulas e, em alguns casos, a redução do rácio aluno/turma. Porém, noutros casos, a obrigatoriedade de acolher os alunos levou ao aumento do rácio aluno/turma (Relatório de Avaliação, 2011;). Este aumento apenas permitiu que se atingisse uma taxa líquida de escolarização de 72.2 e não é paralelo ao aumento da qualidade.

Gráfico 2.4: Evolução do número de salas de aula

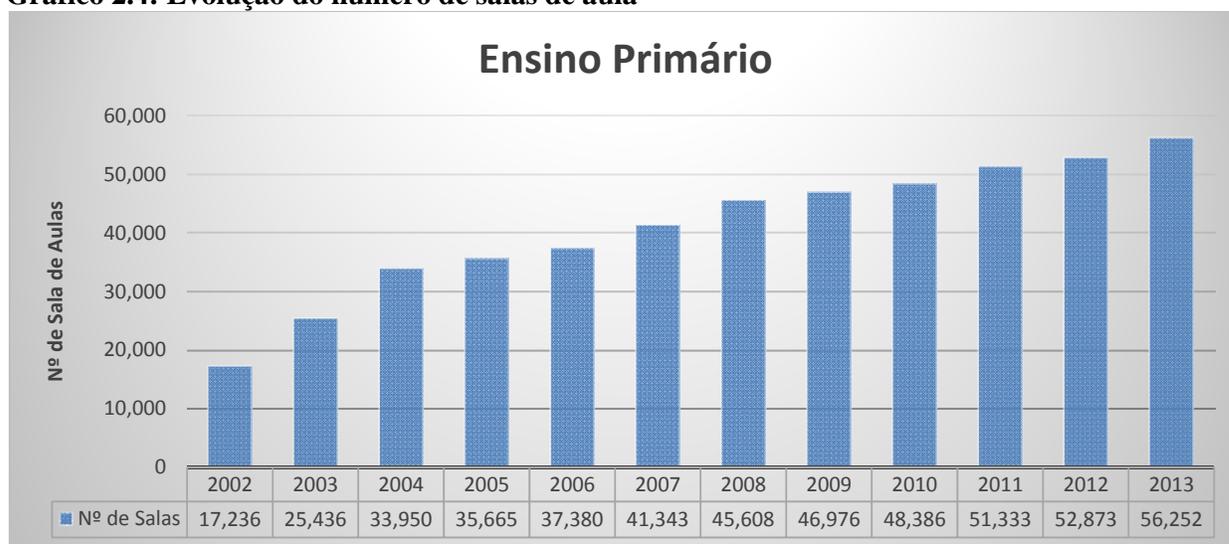


Gráfico 2.5: Evolução do número de alunos

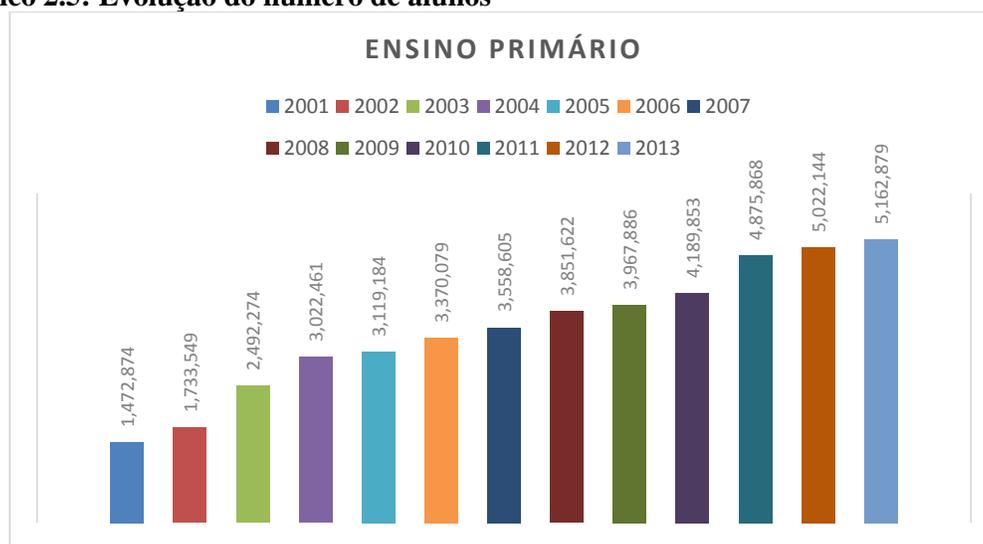


Gráfico 2.6 Evolução dos Alunos do Ensino Primário e Secundário no Ensino Especial

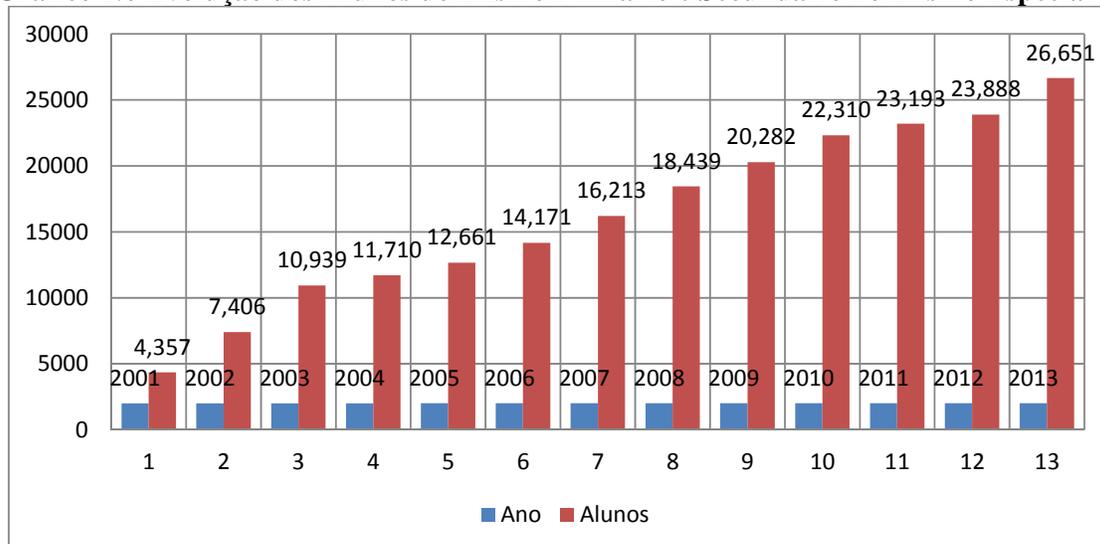
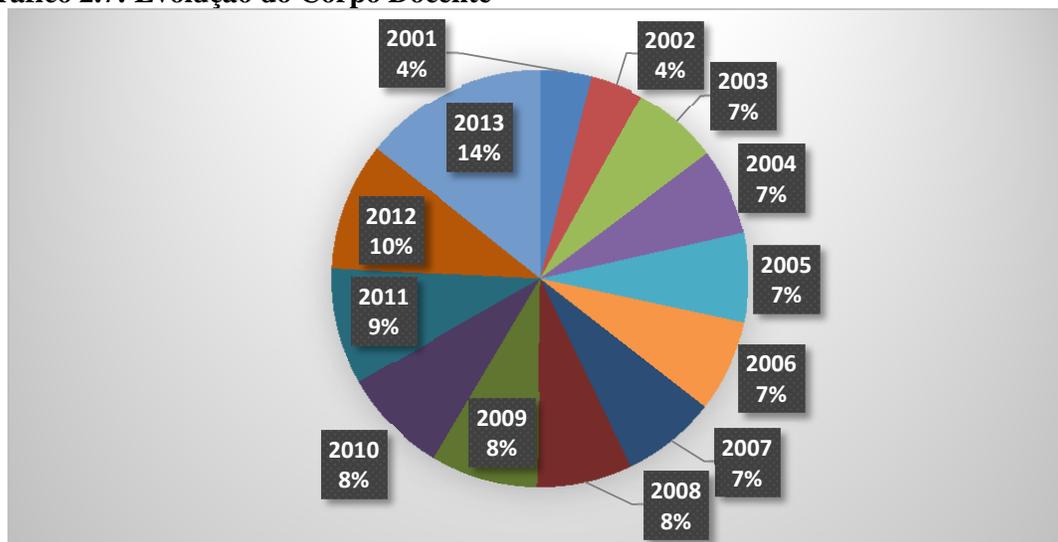


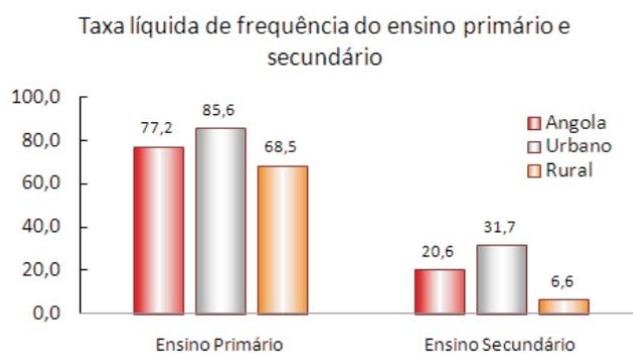
Gráfico 2.7: Evolução do Corpo Docente



Os gráficos acima ilustram como a expansão no ensino primário evoluiu no período 2001-2013. Durante o período a construção de infraestruturas, o aumento do número de professores e alunos em alguns casos permitiu crescimento de indicadores sobre o acesso.

Em 2009, de acordo com o IBEP, a taxa de frequência líquida do ensino primário era estimada em 76.3% (Gráfico 9). Portanto, calcula-se que pelo menos 23.7% da população em idade escolar encontra-se fora da escola. O acesso à escola é mais baixo nas zonas rurais, aonde a taxa líquida de frequência ao ensino primário alcança apenas 66.8%. Não existe muita diferença entre o acesso de meninas e de rapazes, mas um maior número de rapazes é que tem acesso à escola primária.

Gráfico 2.8: Taxa Líquida de Frequência do Ensino Primário e Secundário



Fonte: IBEP, 2011

A frequência escolar aumentou, tendo quase que triplicado desde 2001. Contudo, o acesso ao ensino continua a ser uma grande preocupação especialmente devido a deficiência séria de acesso em zonas remotas e para as crianças mais vulneráveis. Conforme se demonstra na tabela abaixo, existe uma elevada taxa de abandono escolar.

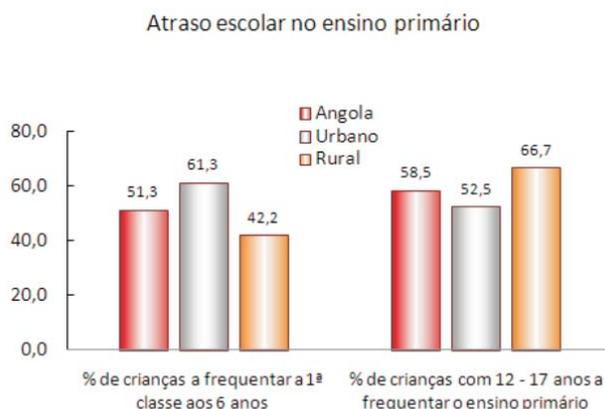
Analisando outros indicadores de educação, a percentagem da população com 6 ou mais anos de idade que nunca frequentou a escola é de 20%. Preocupa o facto de que, dentre os que nunca frequentaram a escola, cerca de 26% são crianças na faixa etária dos 6-9 anos. Para além disso, o nível de retenção das crianças nas escolas é bastante baixo. Persiste o problema de que mais de 60% das crianças que terminam o ensino primário não transitam para o ensino secundário e existe um elevado número de crianças fora do sistema escolar.

Segundo os dados do Ministério da Educação, o número de alunos matriculados no ensino primário em 2012 era de 5.022.144. Analisando este dado, leva a repensar nas estatísticas e no sistema de organização do ensino primário, que inclui também crianças e jovens com atraso escolar (ou seja, sem que estejam na faixa etária dos 6-12 anos corresponde ao ensino primário). Segundo o IBEP, estima-se que apenas 3.369.245 crianças encontram-se na faixa etária dos 6 aos 12 anos. Devido as elevadas taxas de atraso escolar, nota-se pois que mais de 2 milhões de crianças ainda se encontram no ensino primário. Provavelmente é este seja um dos grande problemas a analisar com mais detalhe no momento de formulação das políticas de educação. Ou seja, o ensino primário absorve mais de dois milhões de pessoas que já não se encontram em idade de frequentar o ensino secundário. (Fonte: Ministério da Educação, 2013).

Os dados do IBEP estimam que 58,5% das crianças e adolescentes dos 12 aos 17 anos frequentam o ensino primário, em vez de estarem no secundário, indiciando um alto nível de

atraso escolar (Gráfico 10). Este constitui um dos graves problemas que se deverá resolver nos próximos anos com base nas novas metas do PAN-EPT 2013-2020 para diminuir a desfazagem classe/idade. A maioria das crianças entram para a escola aos 10 anos de idade. Será necessário fazer a correcção do fluxo de entrada e do fluxo escolar.

Gráfico 2.9: Níveis de Atraso Escolar no Ensino Primário



Fonte: IBEP, 2011

Em relação a taxa de conclusão do ensino primário Angola é um dos países da África Sub-Sahariana, que apresenta uma taxa de conclusão inferior a 50%. O país precisará de enfrentar o desafio de criar as condições para a retenção das crianças na escola e para a melhoria do seu aproveitamento escolar.

Tabela 2.1: Taxa de Conclusão no ensino primário nos países da África Sub-Sahariana

Alto Objectivo de EPT alcançado	Médio (Objectivos de EPT alcançado até 2015)	Baixo (Objectivos EPT atingidos Pós 2020)		
		32 Países		
<i>1 País</i>	<i>12 Países</i>	<i>(TCEP: 90-70%)</i>		
<i>(TCEP > 100%)</i>	<i>(TCEP > 90%)</i>	<i>(TCEP: 90-70%)</i>	<i>(TCEP: 70-50%)</i>	<i>(TCEP < 50%)</i>
Seychelles*	Botswana; Cape Verde; Gabon*; Ghana; Kenya; Mauritius; Namibia; Sao Tome and P.; South Africa*; Swaziland; Tanzania*; Zambia	Cameroon; Comoros*; Congo*; Ethiopia; Gambia; Madagascar; Nigeria*; Sierra Leone*; Togo	Benin; Burundi; Côte d'Ivoire*; DRC*; Equatorial Guinea*; Guinea; Guinea Bissau*; Lesotho; Liberia*; Malawi; Mali; Mozambique; Rwanda*; Senegal; Uganda	Angola*; Burkina Faso; RCA; Chad*; Djibouti; Eritrea; Niger

OBJECTIVO III: RESPONDER ÀS NECESSIDADES DE APRENDIZAGEM DE TODOS OS JOVENS E ADULTOS, ATRAVÉS DO ACESSO EQUITATIVO A UMA APRENDIZAGEM ADEQUADA E A PROGRAMAS DE PREPARAÇÃO PARA A VIDA ACTIVA;

Gráfico 2.10. Evolução do Número de Sala de Aulas no Ensino Secundário

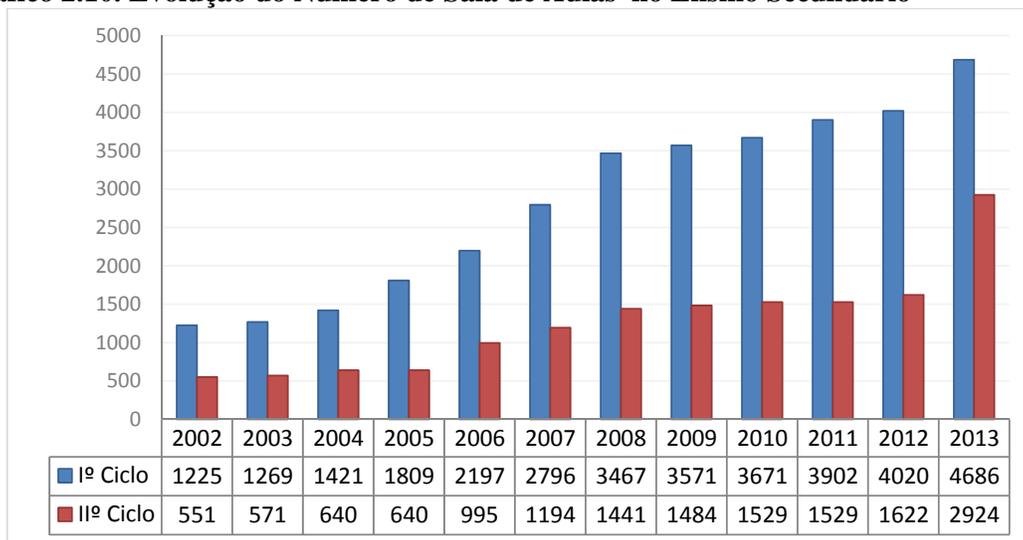


Gráfico 2.11: Evolução das Escolas do Ensino Técnico Profissional



Gráfico 2.12: Evolução do Número de Alunos do Ensino Secundário Geral Iº Ciclo



Gráfico 2.13: Evolução dos alunos

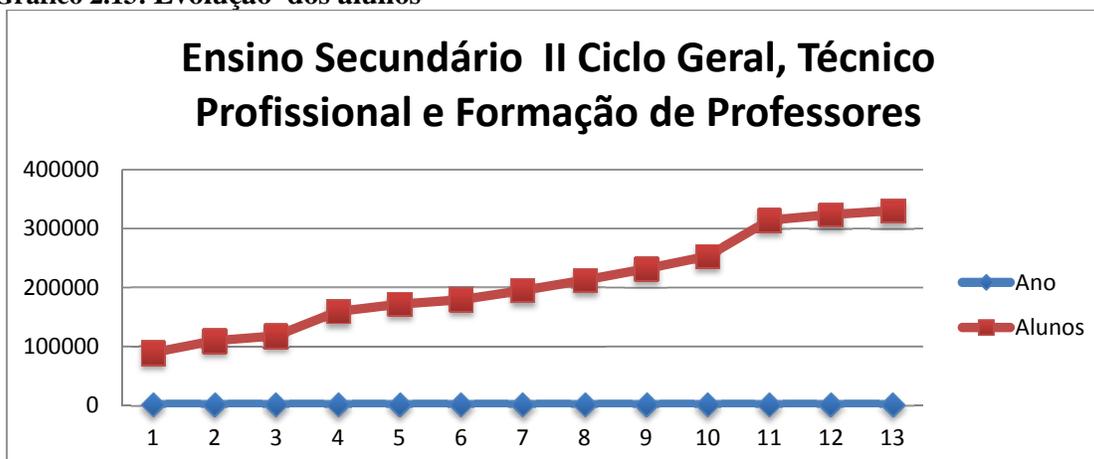
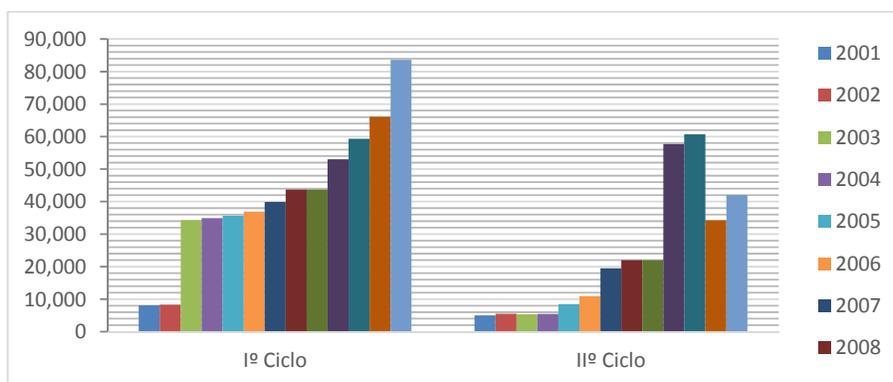


Gráfico 2.14. Evolução do Corpo Docente no Ensino Secundário Geral e Técnica



As responsabilidades do cumprimento deste objectivo está sob responsabilidade do MED e do MAPTSS. O MED através da Lei de bases do Sistema de Educação a estrutura do subsistema do Ensino Secundário está repartido em Iº e IIº Ciclo Geral e Médio Técnico.

O *1º ciclo do Ensino secundário* oferece, por outro lado, uma *Formação profissional básica* destinada a preparar jovens e adultos para o ingresso no mercado do trabalho oferece, ainda, uma *formação intermédia*, com a duração de 1 a 2 anos, para profissionalização na docência, dos utentes de diplomas da 9ª classe do 1º ciclo do Ensino secundário geral que não queiram ou não tenham oportunidade de ingressar no 2º ciclo do Ensino secundário.

O *2º ciclo do Ensino secundário* oferece, por um lado, um *Ensino geral*, contendo a *Educação regular* e a *Educação de adultos* destina-se à preparação dos alunos para o ingresso no Ensino superior.

O *2º ciclo do Ensino secundário* oferece, por outro lado, duas formações profissionalizantes, sendo a *Formação média normal* destinada à formação de professores para o Ensino primário, nomeadamente para a Educação regular, a Educação de adultos e a Educação especial e a *Formação média técnica* destinada à formação de técnicos para os diferentes ramos da vida económica e social do País, tais como indústria, agricultura, pescas, engenharia e tecnologia, economia, saúde e turismo.

Ligada a formação técnica destaca a implementação do Projecto de empreendedorismo nas escolas secundárias, o alargamento da oferta de ensino técnico e profissional e a criação das regiões académicas.

Em relação a preparação para a vida e as iniciativas para a formação profissional, segundo dados do INEFOP- Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional sob tutela do MAPTSS, no período de 2009 a 2011, cerca de 151.531 alunos frequentaram os cursos de formação profissional (Tabela 1), tendo mais de 87% aprovado. Esta cifra (número de formados), representa menos de 10% da população com necessidades de orientação profissional (idade dos 12 anos 17 anos) e representa ainda um esforço ínfimo, se termos em conta que 48% da população é economicamente activa (ou seja, cerca de 8 milhões de pessoas).

O maior número de matriculas nos cursos de formação profissional regista-se nos cursos do Iº e do IIº Níveis, que são cursos de curta duração (Tab.2). Em termos de especialidades, há uma oferta diversificada, porém os números de formados está muito aquém das necessidades do mercado de trabalho.

Numa perspectiva de educação para todos, apesar de existirem vários centros de formação profissional em todo país, esta área representa ainda um dos maiores déficits de formação. O

grande objectivo do Executivo para o período 2012-2017 é fundamentalmente o da formação da mão de obra e a valorização dos recursos humanos. Neste sentido, um maior investimento deve ser feito para que as metas e objectivos possam realmente ser atingidos.

Para além da baixa cobertura de formação profissional, deve ser analisada a problemática da insuficiência na formação técnica. Apenas 24.943 alunos estiveram matriculados no ensino técnico em 2012 (MED, 2013, online).

As necessidades de formação de técnicos médios precisa de ser reforçada. Conforme está previsto no Plano Nacional de Formação de Quadros, até 2015, Angola deverá atingir a meta de 1,6 milhões de Quadros, dos quais, 425 mil serão Dirigentes, Gestores e Quadros Superiores (o que representará 27,2%) e 1,175 milhões de Quadros Médios (72.8%). Haverá uma acréscimo de 370 mil quadros em relação ao ano de 2010 (Casa Civil, Plano Nacional de Formação de Quadros, 2012; 8132).

Em relação á equidade, deve-se constatar que o acesso ao ensino secundário não é suficientemente inclusivo. A taxa de participação líquida é muito baixa, sendo uma das mais baixas de toda região Austral. A taxa de frequência do ensino secundário não ultrapassa os 20,6%. Analizando este dado, nota-se que cerca de 80% das crianças que concluem o ensino primário não continuam para o ensino secundário, e isso representa um grande desafio para o sistema de educação.

OBJECTIVO IV: AUMENTAR EM 50% ATE AO ANO 2015 O NUMERO DE ADULTOS ALFABETIZADOS, EM PARTICULAR MULHERES, FACILITANDO A TODOS OS ADULTOS UM ACESSO EQUITATIVO A EDUCAÇÃO BASICA E A EDUCAÇÃO PERMANENTE;

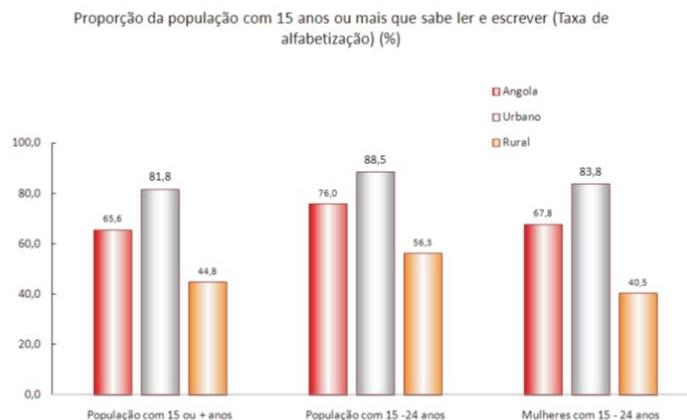
a) Acesso

A taxa de frequência do ensino secundário é bastante baixa, sendo estimada em apenas 18.9%. (IBEP, 2011). Ou seja, mais de 60% das crianças que concluem o ensino primário não ingressam no ensino secundário. (Tab.4)

O número de jovens matriculados no ensino secundário (1º e 2º ciclos) em 2012, era de 962.222, o que representa um significativo aumento em comparação com 2008, aonde se registava apenas 575.557 alunos (Tab.5).

A taxa de alfabetização em Angola em 2008 foi estimada em 65.6%, registando diferenças entre a zonas rurais e urbanas (Gráfico 13).

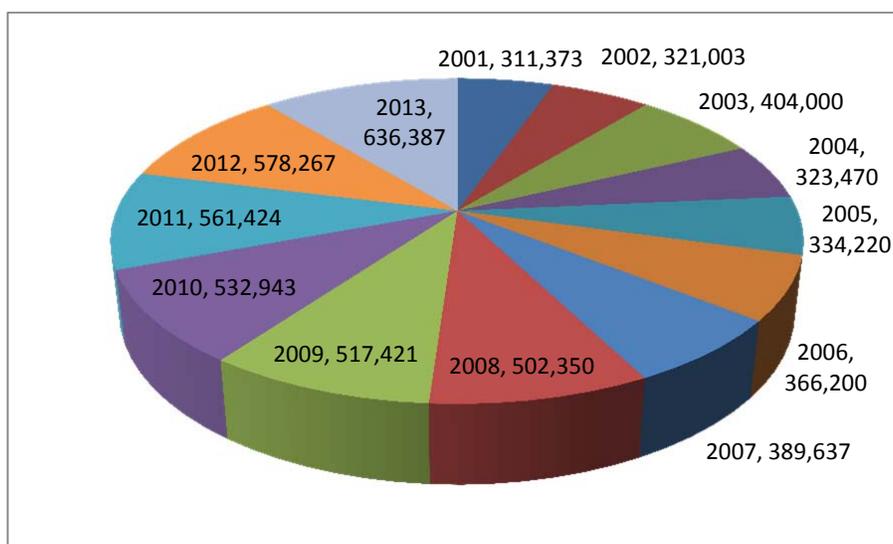
Gráfico 2.15: Taxa de Alfabetização



Fonte: IBEP, 2011

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, através do inquérito MICS, a taxa de alfabetização em 2005 era de 67%. Apenas 54% das mulheres era alfabetizada. Reconhecendo a ligação evidente entre o estado de pobreza e o nível de instrução da população, o Instituto Nacional de Estatística estima que 41% do total da população iletrada, viva uma situação de pobreza extrema (Ministério da Educação, 2005; 32-33).

O progresso no domínio da erradicação do analfabetismo de adultos pode ser visto quando se compara a taxa de analfabetismo em 1975, que era estimada em 85%, com a taxa em 2009 de apenas 33% (MED, Plano Estratégico para a Revitalização da Alfabetização 2012- 2017; 16). Os déficits de alfabetização são mais notórios nas províncias do Bengo, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Moxico, Kuando-Kubango e Cunene (idem; 17).



Porém, o progresso registado em termos da taxa bruta de alfabetização, não é correspondente aos déficits na qualidade das aprendizagens, podendo-se notar regressões e um analfabetismo

literal ainda elevado. Segundo dados do Ministério da Educação, em 1998, estimava-se que o analfabetismo literal atingia 50% dos homens e 70% das mulheres. Considerava-se, ainda, que dos cerca de 2.500.000 alfabetizados nas sucessivas etapas, cerca de 45% (maioritariamente raparigas e mulheres) tivesse regredido causando o analfabetismo funcional. Até 31 de Dezembro de 2001, foram alfabetizados em todo o território, cerca de 4.000.000 de cidadãos dos quais 55% são mulheres. A taxa de analfabetismo para a população angolana com idade igual ou superior a 15 anos era, em 2000, de 58%, contrastando com uma media de 38% para toda a Africa Subsaariana (MED, Plano Estratégico para a Revitalização da Alfabetização 2012- 2017; 16-18).

Estima-se um atraso escolar em **58.5%**, ou seja, pode-se considerar que quase metade das crianças e jovens na faixa etária dos 12 aos 17 anos não se encontram integrados adequadamente em programas de ensino correspondentes a sua idade. Ou seja cerca de 2 milhões de pessoas estão atrasadas escolarmente. Este grupo cria um “engarrafamento” no sub-sistema de ensino primário. Acresce-se a este problema, o facto deste grupo não estar a beneficiar de programas de formação profissional. É preciso ter em conta que este grupo, possui necessidades educativas diferentes, relacionadas sobretudo com a necessidade de formação profissional. A oferta de aceleração escolar é insuficiente e as alternativas de profissionalização e emprego são também insuficientes.

OBJECTIVO V: ELIMINAR AS DISPARIDADES DE GÉNERO NO ENSINO PRIMÁRIO E SECUNDÁRIO, ATÉ 2005, E ALCANÇAR, ATÉ 2015, A IGUALDADE ENTRE OS SEXOS NA EDUCAÇÃO, GARANTINDO ÀS MENINAS UM ACESSO PLENO E EQUITATIVO A UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DE BOA QUALIDADE, COM AS MESMAS POSSIBILIDADES DE sucesso;

a) Acesso

Em relação ao acesso das meninas à escola, pode constatar que 39.9% das meninas com 6 ou mais anos de idade frequentam a escola, contra 45.2% dos meninos. Esta proporção é mais baixa a nível rural, aonde apenas 37% das meninas frequentam a escola. A frequência das meninas às aulas é muito baixa nas províncias do Bié (26,4%), Moxico (27,6%), Kuanza-Sul (28,5%) e em Malange (30.5%). Um esforço muito grande deve ser feito para diminuir as disparidades do género no acesso ao ensino, sobretudo nestas províncias. Porém, nota-se que o ensino secundário é principalmente frequentado por mulheres, sendo no 1º ciclo de 46.8% de mulheres para 40.3% de homens; no 2º ciclo a diferença é ainda maior, sendo de 52.2% mulheres e de 40.3% homens. (Tab. 7)

a) Qualidade

Não dispomos de dados que permitam avaliar a qualidade do ensino em relação a sua relevância para as meninas. Constatam-se porém, várias críticas ao currículo escolar, que mantêm ainda conteúdos que contribuem para a continuação de estereótipos do género e perpetuam as desigualdades no género nas escolas. Os professores e os pais, atados as suas próprias concepções e convicções, e não tendo beneficiado de formações específicas sobre o género e a igualdade da mulher, exercem uma influência negativa na transmissão de conhecimentos que levam a diminuição do interesse da menina na escola e a sua participação fundamentalmente nos deveres da casa ou no cuidado da família.

b) Equidade

Em 2008, do Ministério da Educação solicitou a elaboração de um diagnóstico sobre as disparidades de género nas escolas do ensino primário e 1º Ciclo do ensino secundário. Este diagnóstico mostra que a maioria das raparigas abandonam a escola por razões culturais e económicas.

OBJECTIVO VI: MELHORAR TODOS OS ASPECTOS QUALITATIVOS DA EDUCAÇÃO, GARANTINDO RESULTADOS DE APRENDIZAGEM RECONHECIDOS E MENSURÁVEIS, ESPECIALMENTE EM LEITURA, ESCRITA, CÁLCULO E HABILIDADES PRÁTICAS ESSENCIAIS PARA A VIDA.

Desde 2001 o Governo tem estado a implementar a Reforma Educativa que compreendeu três fases distintas, sendo: a experimentação, generalização e avaliação.

As principais componentes compreendem o alargamento e a melhoria do acesso, a inovação no processo de ensino e aprendizagem e a formação de professores.

Em relação ao acesso à educação de qualidade, deve-se, em primeiro lugar, avaliar o grau de investimentos na formação de professores. No período 2008-2012, foram formados 59.525 professores. (Tab. 8) Se olhar-se para o número de professores que se encontram a leccionar nos vários sub-sistemas de ensino em 2012, que é de 245.979, nota-se que o número de professores triplicou.

Porém o número de professores formados em 2012 (12.854) representa apenas 5,2% do número total de professores. Supondo que todos os professores formados tenham entrado para o sistema de ensino em 2012, o número de professores formados apenas representa 5,2% do número total de professores existentes no sistema educativo. Isto impõe a revisão das metas de formação de professores para o período 2013-2020 e um aumento do esforço no domínio da formação contínua e sistemática dos professores que já se encontram dentro do sistema.

Analisando os dados sobre os resultados das aprendizagens, o MED indica que no Novo Sistema (Reforma Educativa) houve um aumento da taxa de aprovação em todos níveis de ensino, uma redução da taxa de repetência e de abandono escolar e melhorou a eficácia interna do Sistema de Ensino (MED, Principais Indicadores do Sistema de Educação 2008-2012, 2013; 3). Segundo o mesmo documento, a Taxa de Promoção é de 80%, o que é superior a de 46,7% no Antigo Sistema (antes da aplicação da Reforma Educativa). A Taxa de Repetência é de 13,2% (contra a de 26,8% antes) e a taxa de desistência é de 6,9% (contra a anterior que era de 27%). (Tab. 9)

O MED refere que o Coeficiente de Eficácia do ensino em Angola é de 90%, o que é similar ao de muitos países mais desenvolvidos. No entanto, os resultados apresentados são polémicos, tendo em conta a visível baixa qualidade dos professores e os graves problemas na aprendizagem verificados sobretudo na leitura e escrita.

São incluídas na análise deste objectivo, os temas transversais ligados ao VIH/SIDA, malária e ao meio ambiente. Os desafios que se colocam na implementação do plano de educação para todos, devem ter em conta o muito baixo nível de conhecimento da população sobre o VIH/SIDA e sobre como se prevenir contra a malária. Segundo o IBEP, apenas 28.5% da população com 15-24 anos de idade identificou correctamente os métodos de transmissão do VIH/SIDA. Esse dado é assustador a nível rural aonde apenas 12% da população sexualmente activa possui conhecimentos suficientes desta epidemia (ver Tabela 9).

Apesar das iniciativas e programas de prevenção do VIH/SIDA, conforme se nota no Gráfico 15, cerca de metade da população não conhece um lugar para fazer o teste de VIH e SIDA, apenas 16.8% da população já fez o teste de VIH/SIDA. Os programas de educação devem reforçar a componente de prevenção, pois é alarmante o facto de que 42,5% da população utilizou o preservativo na última relação sexual, mesmo tendo mais de um parceiro sexual nos últimos 12 meses.

Outra situação a ter em conta é que devem ser reforçados os programas de educação e prevenção da malária nas escolas, de modo a aumentar a consciencialização das formas de prevenção desta doença. Preocupa o facto de apenas 17,6% dos agregados familiares possuem pelo menos uma rede de mosquiteiro tratado com insecticida. A nível rural, apenas 14,1% (IBEP, 2011).

c) Equidade

Não foram encontrados dados que permitam avaliar a equidade de acesso a educação de qualidade.

SECTION III. IMPLIMENTAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE EPT

Em termos de Políticas de Educação, para o alcance dos Objectivos de EPT foi criada a Lei de Bases do Sistema de Educação (Lei13/01) que regula todo o Sistema Educativo em Angola. Com base nesta foram desenvolvidas outras leis, programas e iniciativas que destacamos abaixo:

OBJECTIVO 1.

- Para desenvolvimento integral da criança em Angola e a garantia dos seus direitos, o Executivo Angolano, através do MINARS elaborou a política dos 11 Compromissos com o envolvimento dos Parceiros Sociais e Agências das Nações Unidas, um conjunto de compromissos que se centram na sobrevivência, desenvolvimento, protecção e participação das crianças entre 0 e 18 anos de idade. Os 11 Compromissos abrangem a totalidade dos direitos da criança, incluindo direitos e liberdades civis, ambiente familiar e cuidados alternativos, cuidados básicos de saúde e bem-estar, ensino, lazer, actividades culturais e medidas de protecção social.
- A estratégia de expansão da rede de educação e cuidados da primeira infância tendo como base legal para a sua implementação a Lei nº25/12, de 22 de Agosto, *Lei Sobre a Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança* e visa estabelecer as modalidades de expansão das respostas sociais de atendimento à primeira infância a todo o território nacional e, assegurar o desenvolvimento, educação e cuidados à criança angolana desde o nascimento até a entrada para a escola.
- A criação do Conselho Nacional da Criança, uma estrutura constituída por vários Ministérios e organizações da Sociedade Civil, responsável pela monitoria do cumprimento dos 11 compromissos da Crianças.-

OBJECTIVO 2.

No âmbito do Ensino foram implementadas programas e iniciativas para garantir o acesso e retenção de crianças no ensino primário.

- Programa de Apoio ao Ensino Primário (**PAEP**) implementado pelo MED e financiado pela União Europeia para o reforço de capacidade dos professores do Ensino Primário no âmbito da melhoria da gestão pedagógica.
- Iniciativa Escolas Amigas da Criança (**EAC**) uma iniciativa da UNICEF em parceria com o MED, baseado em estratégias internacionais (Dakar) e nacionais visa promover a melhoria de uma educação de qualidade em respeito aos princípios relacionadas com o direito, a protecção e segurança, a higiene e saúde, o ensino e aprendizagem de qualidade e a participação comunidade, tendo como pressuposto a implementação do Projecto Educativo de Escola (PEE).

- Programa de Merenda Escolar (PME) implementado a nível multisectorial com o envolvimento dos Ministérios da Educação, Comércio e Indústria, visa garantir a retenção dos alunos na escola.
- Programa de Escolas Móveis – Programa em fase inicial a ser desenvolvido em parceria com o MED, a UNICEF e a Aldeia Global tem como foco garantir o acesso e retenção das crianças pertencentes aos grupos nómadas e agro-pastoris.
- Educação em Situação de Emergência – Uma iniciativa do Executivo em parceria com a UNICEF, visa dar respostas a situação de desastres naturais que afectam o direito a educação das crianças nas zonas afectadas.

Realizações

- ✓ Carta Escolar, que visualizaria a projecção de escolas em cada aldeia, bairro, município e província, conforme as necessidades da população;
- ✓ Regulamentação do princípio de obrigatoriedade e gratuidade do Ensino, isto, Inclui- a oferta gratuita de livros, materiais escolares, batas escolares, a proibição e penalização dos violadores do direito á educação primária gratuita;
- ✓ Promoção do ensino inclusivo para crianças com necessidades educativas especiais, com o apetrechamento de Centro de recursos e de formação dos professores;
- ✓ A municipalização dos serviços de educação no quadro do desenvolvimento municipal dificulta que os beneficiários dos serviços possam ser servidos convenientemente

Desafios

i. Dificuldades internas na execução dos orçamentos, principalmente o facto de que o orçamento destinado ao nível municipal não ter um sistema adequado de distribuição que permita disponibilizar às escolas do nível primário os fundos que precisam para o seu funcionamento; ii. a insuficiência de professores qualificados o que compromete seriamente a qualidade de ensino primário; iii. Falta de uma formação adequada para a liderança e gestão escolar; iv. Fraca qualidade das infra-estruturas de ensino, a falta de equipamentos escolares e de meios de ensino, que na generalidade tornam bastante deficiente o ensino e a aprendizagem; v. Apesar do esforço na construção de novas escolas, não tem havido um esforço para a construção de escolas rurais com tipologias de construção simples e de baixo custo, que permitam substituir as salas de aulas que ainda funcionam debaixo das árvores ou em escolas destruídas e em escombros; vi.

Angola terá que enfrentar o grande problema do rácio alunos/professor que é um dos maiores em toda região Austral, ultrapassando os 140 por sala. Isso indica que, nos próximos anos, um esforço deve ser feito para eliminar os turnos (aulas por turnos), levando a que cada sala possa apenas ser para um turno ou pelo menos dois, e aumentando o número de horas diárias de aulas, em vez de 3 horas por dia, passar para pelo menos 6 horas; vii. O reforço dos programas de ensino bilingue, ou seja, o ensino em língua nacional materna e ensino do Português como segunda língua que ajudaria a compensar as dificuldades de aprendizagem das crianças no meio rural. viii. A ausência de um quadro legal (normalização da formação, selecção e funcionamento) da supervisão escolar, que deverá ser aliada á inspecção e a penalização dos agentes que incorram na violação dos actos que possam garantir a gratuidade, a obrigatoriedade e a inclusão; ix. Fraco sistema de monitoria, a má gestão e utilização dos fundos orçamentados ao nível municipal e nacional em geral; x. a falta de meios de transporte a nível rural afectam o acesso á escolas quer dos alunos como dos professores.

OBJECTIVO 3.

- Plano Nacional de Emprego e Formação Profissional
- Programa de Empreendedorismo para habilitar os jovens a desenvolverem seu próprio negócio (MED, MAPTSS)

Desafios

i. A fraca oferta de cursos de formação profissional; a não existência de um convénio entre o MED e MAPTSS na certificação das competências profissionais; ii A falta de um instrumento regulador para a implementação do auto-didactismo e auto-formação com acesso a exames; iv. a falta de financiamentos que permitam a expansão e generalização das ofertas formativas de nível médio, de formação profissional e de valorização da mão de obra.

OBJECTIVO 4.

O Ministério da Educação está a implementar o PAAE- Programa de Alfabetização e Aceleração Escolar, que tem sido um incentivo para a recuperação do atraso escolar. O programa prevê a diversificação dos métodos de alfabetização e das abordagens pedagógicas utilizadas e envolve oficialmente 16.000 alfabetizadores por ano, em todo país.

O PAAE está a ser implementado em colaboração com uma empresa de consultoria brasileira (Aldeia Global). Foi desenvolvido um método de ensino, com livros escolares correspondentes, sub-dividido em 3 módulos de aprendizagem. Este programa visa desenvolver aprendizagens significativas, competências básicas e o fortalecimento da auto-estima em tempo pedagógico mais curto. A duração prevista para o primeiro módulo, que corresponderia à primeira e segunda classe, é de três meses. O segundo e terceiro, que corresponderiam à 3ª e 4ª classe e 5ª e 6ª respectivamente levam ano lectivo inteiro. Vários Programas de Alfabetização foram desenvolvidos no área de Cooperação com a República de Cuba (Sim Eu Posso)

Existem ainda iniciativas a serem implementadas pelas organizações da Sociedade Civil como a ALFALIT, AAEE e outras

Desafios

i. A falta de acompanhamento dos formados após alfabetização e ou após acções de formação profissional, não se tendo a ideia da sua absorção no mercado de trabalho; ii. Falta de espaços próprios para alfabetização; iii. Pagamento tardio dos subsídios aos alfabetizadores; iv. Incoerência entre o apelo à alfabetização e os recursos disponíveis; v. Inexistência de estratégia que desperte atenção das mulheres e homens para alfabetização; vi. a desmobilização das turmas de alfabetização; vii. a falta de continuidade dos estudos dos recém-alfabetizados, dando lugar ao “retorno ao analfabetismo”; viii. Falta de funcionabilidade da estratégia da alfabetização associada à Formação Técnico Profissional;

Objectivo 5.

- Política Nacional para Igualdade e Equidade do Género (DEC Pres. Nº 222/139 pelo MINFAMU)
- Lei contra a Violência Doméstica (Lei 25/11)
- Estratégia de Combate á Pobreza e a Estratégia de Promoção do Desenvolvimento da Mulher

Desafios

i. a fraca disseminação e implementação das políticas, estratégias e programas existentes no domínio do género, VIH/SIDA e meio ambiente; ii. Dificuldades na distribuição atempada de materiais de apoio aos formadores e as escolas que permitam o ensino dessas temáticas; iii. Fraca liderança das escolas na mobilização comunitária; vi. Fraca monitorização da implementação dos programas, o que torna difícil a análise dos problemas e a sua correcção; v. Poucos professores formados para a abordagem dos referidos temas; vi. Inexistência de actividades que promovam a auto-estima das raparigas nas escolas a incidência da pobreza nas famílias agrava as percepções erróneas sobre o género e sobre as doenças em geral e influência a implementação dos programas e vii. barreiras culturais e religiosos à implementação dos programas (tabús no ensino sobre o VIH, papéis sociais atribuídos aos rapazes e raparigas). Finalmente, existem poucos recursos disponíveis para a implementação deste tipo de projectos nas escolas e comunidades

OBJETIVO 6

- Plano Nacional de Formação de Quadros
- Programa de Apoio ao Ensino Primário

- Estratégia de extensão da rede escolar, para a redução do rácio aluno/professor
- Implementação do Programa SAQMEQ com vista a aferir a qualidade das aprendizagens nas classes terminais através dos exames nacionais
- Programa de Aprendizagem para Todos (PAT) financiado pelo Banco Mundial

Desafios

i) insuficiente orçamento atribuído á educação (almejando-se um investimento na ordem dos 20%, em vez de 8%); ii) não operacionalização, em muitas escolas, das Comissões de Pais e Encarregados de Educação e a falta de mecanismos para a participação efectiva e activa dos pais e dos alunos na gestão escolar; iii) a violência e insegurança nas escolas e a ausência de mecanismos de protecção, monitorização e denúncia de casos de violência nas escolas; iv) índice de analfabetismo e pobreza das famílias; v) falta de motivação e valorização do professor.

Não existem indicires sobre estudos de caso específicos realizados no âmbito EPT que possam ser relatados neste relatório., representando neste um desafio para o futuro.

ESTRUTURAS E MECANISMOS DE COORDENAÇÃO:

Patronato – Chefe do Executivo

Presidente da Comissão de Coordenação (Ministro da Educação)

O Grupo de Coordenação é constituído pelos técnicos das Direcções Nacionais do Ministério da Educação e são envolvidos o MINARS, MAPTSS, MINFAMU, REDE EPT, CNUNESCO, UNICEF e UNESCO.

ACTIVIDADES REALIZADAS NO PERIODO 2013-2014

Entre as actividades realizadas e participação em eventos relacionados com EPT salienta-se a Adesão a Iniciativa Salto Decisivo “Big Push”, em Março de 2013, acto formalizado em Dakar Senegal por ocasião da Reunião Regional Africana sobre EPT onde Angola incluiu o I Grupo de Oito (8) países;

1. Realização do Fórum Nacional de Educação para Todos com assistência técnica da UNESCO, que teve lugar de 26 a 28 de Agosto de 2013 com a participação de 600 Delegados em representação dos diferentes segmentos da vida política, económica, social, cultural, religiosa, de solidariedade social, autoridades tradicionais e organizações da sociedade civil dos escalões central e provincial;
2. Seminário de Capacitação Metodológica sobre o Quadro de Aceleração de Formação de Formadores igualmente com a assistência técnica da UNESCO, que para além dos quadros do Ministério da Educação (INIDE; INEE; DNASE; DNEA; INFQ; DNETP e

DNEG) participaram representantes do CN/UNESCO; UNICEF, UNESCO, MINARS, MINFAMU, REDE/EPT, DPE/LUANDA);

3. De Outubro a Dezembro de 2013, o Ministério da Educação em coordenação com o Ministério da Administração do Território e os Governos Provinciais promoveu a realização por todo o país dos Fóruns Provinciais de Educação para Todos que mobilizou cerca de um total de **4235 delegados**;
4. Em Outubro de 2013 Angola acolheu a Reunião Ministerial Africana consagrada a Educação para Todos tendo sido promovida pela UNESCO, ocasião em que o nosso País foi referenciado como um bom exemplo de engajamento político na prossecução dos Objectivos de Dakar, tendo no decurso da mesma sido adptada a Declaração de Luanda e sido incluídos mais 8 Países africanos na Iniciativa “Big Push”.
5. Em Novembro de 2013 no decurso da 37ª Conferência Geral da UNESCO realizada em Paris, Sua Excelência o Ministro da Educação da República de Angola na sequência da Reunião Ministerial de Luanda e da Declaração aí adoptada apresentou o ponto da situação da Educação para Todos, tendo sido reconhecido e reiterado o empenhamento do Governo de Angola na prossecução deste desiderato.
6. Numa iniciativa do Ministério da Educação com a assistência técnica da UNESCO e enquadrado na Semana de Acção Global pela Educação para Todos, sob o lema: “Educação de Qualidade para Todos – Um Compromisso e Desafio da Sociedade”, de 5 a 10 de Maio de 2014 decorreu em Luanda, na Sala Diamante do Hotel Alvalade o Workshop de Reforço de Capacidades Sobre a Aceleração dos Objectivos da Educação para Todos com 60 participantes em representação dos parceiros sociais, MINFAMU, MINSA, MINARS e MAPTSS.
7. No quadro da parceria com o UNICEF o Ministério da Educação contratou um Especialista em Planificação da Educação que de 5 a 16 de Agosto de 2014 promoveu a realização de um Seminário Técnico sobre Estatística e Indicadores de Avaliação da EPT com a participação dos Chefes de Departamentos Provinciais de Educação na sua qualidade de Pontos Focais Provinciais da EPT, representantes das estruturas centrais do MED, MINSA, MINFAMU, MAPTSS e MINARS. Este Seminário forneceu as bases técnicas e metodológicas para o tratamento de toda a informação estatística respeitante a Educação para Todos tendo o Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística assumido todo o processo de coordenação, processamento e tramitação.

SECTION IV. PERSPECTIVA PARA O PERÍODO PÓS-2015

4.1 LIÇÕES APRENDIDAS

- A participação de Angola em Fóruns e Conferências Internacionais e Regionais promoveu o engajamento político do Executivo, permitindo a mobilização e envolvimento de diferentes actores estatais, sociedade civil, Agência das Nações Unidas e Organizações Internacionais e Doadores, na mobilização do EPT pela realização dos Fórum Nacional e dos Fóruns Provinciais;
- O nível de realização de execução do Programa de EPT subscreeveu-se apenas a nível dos fóruns realizados nos centros urbanos, havendo necessidade de expansão nas escolas de todos os subsistemas de ensino e comunidades;
- Sendo a Educação Para Todos uma responsabilidade de Todos é imprescindível reforçar a mobilização a nível da classe docente, discente e comunidade em geral para que todos sem excepção tenham conhecimento sobre os processos de EPT e ter uma percepção mas clara da posição de Angola em relação aos países da Região;
- O reforço permanente das capacidades técnicas do grupo de trabalho de EPT para definição eficiente de estratégias com para elaborar, implementar, monitorar as acções do Plano EPT, com vista a atingir os objectivos preconizados
- No contexto de implementação de EPT existe a necessidade permanente da partilha de experiência para conhecimento da organização do sistema de coordenação de EPT a nível Internacional e Regional;

4.2 ÁREAS PRIORITARIAS E POLITICAS PARA O PERIODO POS 2015

As estratégias e prioridades da educação assentam em 3 pilares básicos, como o acesso, equidade e qualidade

1. Melhoria da qualidade da educação em Angola, desenvolvendo acções que visem o reforço da equidade e o acesso a um ensino pré-escolar e primário de obrigatório, gratuito e de boa qualidade;
2. Reforço do sistema de formação vocacional e profissional e do ensino politécnico que viabilize o desenvolvimento de habilidades para a vida e das competências profissionais necessárias;

3. Enfatizar no reforço dos mecanismos e sistemas de gestão escolar, de modo a tornar a escola o centro da actividade educativa e o centro de mudanças na sociedade

As metas para o novo período 2013-2020, estarão viradas para a implementação das recomendações traçadas durante a avaliação de médio prazo e estão alinhadas com base na percepção dos participantes nesta consulta sobre aquelas que são as prioridades para o sector de educação. Os aspectos principais do novo Plano PAN-EPT se resumem em dez grandes pontos, que estão expressos em 35 metas: i) generalização do ensino pré-escolar e da educação da primeira infância; ii) asseguração da gratuidade e expansão do acesso ao ensino primário; iii) expansão do ensino secundário e reforço dos programas de formação profissional e ensino técnico; iv) formação ampliada de gestores escolares; v) formação em serviço dos professores já ingressados no sistema, incluindo formação académica e pedagógica; vi) redução do rácio aluno/sala e o conseqüente aumento do número de horas lectivas e tempo de estadia das crianças nas escolas; vii) descentralização da produção de materiais didácticos e sua distribuição gratuita, assim como abertura de bibliotecas comunitárias e escolares que permitam desenvolver um país letrado; viii) reforço dos sistemas de avaliação dos professores e de avaliação das aprendizagens; viii) generalização do Programa de Escolas Amigas da Criança a todas as províncias e municípios; ix) reforço dos sistemas de recolha e análise de dados estatísticos e a informatização destes serviços; x) concluir o programa de alfabetização de todos e todas angolanas.

4.2.1 Visão da Educação e do Sistema Educativo no Plano Angola 2025

O Plano de Desenvolvimento de Angola até 2025, estabelece a seguinte **Visão** para o desenvolvimento do sector de educação: “*Angola em 2025, orientada para o desenvolvimento sustentável e a modernidade e numa trajetória de articulação virtuosa com o exterior, deverá ser na óptica da educação, uma Sociedade Educativa e de Aprendizagem e um Território de Regiões e Cidades Educativas; uma Sociedade Educativa e de Aprendizagem ao longo da vida para todos e cada um dos cidadãos*” (Angola 2025; Vol 3; 28).

Conforme define o Plano de Desenvolvimento de Angola até 2025, a Política estratégica de educação terá de responder a um vasto conjunto de questões de natureza diferenciada, quer de âmbito interno ao sistema de ensino quer externo (Angola 2025, 2010; Vol III, 21-23).

Questão N° 1: Angola no Contexto Internacional e Regional

A análise comparativa da situação Angolana no contexto africano, em particular, da SADC evidencia o atraso estrutural do país em alguns dos mais importantes indicadores, situação que coloca Angola numa posição de fragilidade em matéria de competitividade. Com efeito, o desafio da educação, mais do que um imperativo de responsabilidade governativa e política é, fundamentalmente, um imperativo para a inserção competitiva de Angola no contexto regional.

Questão N° 2: Missão e Trajetória de Desenvolvimento do Sistema Educativo

A trajetória de desenvolvimento da educação para todos em Angola em grande parte está determinada pelas opções assumidas em termos de resposta a dois tipos de procuras e em particular a prioridade atribuída a cada uma delas, cujos ritmos de evolução e principais marcos, dependerão de uma criteriosa avaliação da viabilidade e sustentabilidade das opções e/ou prioridades que se irão perfilar ao longo do percurso:

- o Uma procura social de **acesso à educação**, por parte das famílias, para as crianças e jovens em idade escolar e pela população adulta que não teve acesso à escola na idade normal;

- o Uma procura de conhecimentos competências e **qualificações adquiridas**, por parte da Sociedade e das empresas e outras entidades empregadoras, no que se refere mais especificamente às competências e qualificações para o trabalho.

Questão Nº 3: Desempenho dos Sistemas de Educação e de Formação

Será necessário avaliar a estrutura do Sistema Educativo, questionar se a resposta às necessidades de educação e formação têm sido verdadeiramente assegurada. O Sistema Educativo ainda é de base quase que exclusivamente escolar. É necessário maior investimento na formação técnica e profissional. Para além disso, não obstante os progressos verificados no acesso á escola, o quociente de eficácia do sistema é bastante questionável, e os níveis de aproveitamento devem ser melhorados através de indicadores de aprendizagem coerente e fiáveis. Em relação ainda ao Rendimento/Eficiência, relativamente ao critério da eficiência na utilização dos recursos o desempenho do Sistema Escolar angolano é preocupante como o demonstram as elevadas taxas de repetência, o abandono escolar e o problema do atraso escolar.

4.2.2 Opções de Política

Durante o período 2015-2020, propõe-se que os esforços do Governo no domínio da Educação Para Todos se concentrem no seguinte:

1. Reafirmação do **Papel Estratégico da Educação** como um direito humano e como veículo para a redução da pobreza, para a atenuação das desigualdades sociais e como condição essencial para o desenvolvimento sustentável do país;
2. **Descentralização da Gestão do Sistema de Educação** através de uma Política de **Municipalização dos Serviços de Educação**, como uma necessidade de institucionalização de novos modelos de gestão que garantam maior qualidade, maior equidade e uma participação mais activa de todos os actores educativos e das comunidades, favorecendo o exercício do poder local como complemento dinâmico e funcional dos poderes regional e central. Para esse efeito, a mobilização e a gestão dos recursos deve ser virada para o princípio de autonomia das escolas e de municipalização dos serviços de educação.
3. **Construção de Parcerias para a diversificação da oferta educativa** como um ponto estratégico para o desenvolvimento do sistema educativo. Defende-se o envolvimento de vários actores sociais, políticos, económicos, organizações privadas, entidades singulares, comunidades religiosas e colectividades locais, em conformidade com as leis em vigor e, sem no entanto, deixar de reconhecer ao Estado o papel regulador e o papel fundamental no asseguramento da gratuitidade e da obrigatoriedade do ensino pré-escolar e do ensino primário.
4. **Solidariedade e Responsabilização**. Entende-se aqui a educação para todos como um conjunto de acções feitas por todos e para todos; como uma necessidade para que os cidadãos e as instituições estejam mobilizados e envolvidos, fazendo do desafio da Educação de Para Todos um compromisso individual e colectivo para o desenvolvimento humano.

Objectivo 1

Estratégias:

1. Realização do enquadramento legal e institucional das actividades no âmbito da educação e cuidados da primeira infância concebendo este nível educativo como a primeira etapa da educação básica, assegurando a sua gratuitidade e obrigatoriedade;
2. Definição dos critérios pedagógicos, técnicos e financeiros para o alargamento da rede de atendimento através da criação de infra-estruturas adaptadas à comunidade, usando modelos e tipificações de baixo custo e assegurando assim a generalização de uma rede nacional de serviços de ECPI, fundamentalmente estatais, com fins educativos, sociais e de apoio às famílias;
3. Redefinição pelo Estado, das normas reguladoras do sub-sistema de educação pré-escolar e de educação na primeira infância em geral (linhas de orientação curricular;

requisitos em termos de habilitação do pessoal, sistemas de formação profissional, normas de avaliação, etc);

4. Estabelecimento de parcerias com os vários sectores da sociedade visando a mobilização dos diferentes actores sociais para a problemática da educação da primeira infância que permita a generalização dos serviços e o alcance das metas;
5. Enquadramento das intervenções no âmbito do programa de desenvolvimento municipal e sua articulação com outros projectos e programas;
6. Dinamização das iniciativas de base comunitária com foco nos programas que visem implementar acções de educação não formal para a Primeira Infância;
7. Reforçar as sinergias entre o MED e MINARS e MINFAMU no que toca as competências e responsabilidades de cada órgão e reforço do trabalho inter-sectorial envolvendo o INIDE e os Institutos médios e superiores e Magistérios Primários na formação e na concepção dos currículos de ensino pré-escolar;
8. Criação e implementação de um sistema articulado de formação e aperfeiçoamento de

Objectivo 2

Estratégias:

1. Concentração dos recursos técnicos e financeiros na melhoria da eficácia interna do sistema de ensino primário, mediante a redução das taxas de repetência, de abandono escolar e de atraso escolar;
2. Definição de uma política de atribuição de subsídios às crianças em idade escolar, como forma do Estado assegurar que as famílias mais carenciadas possam ter acesso à escola e aos meios de vida;
3. Desenvolver esforços para a redução do rácio aluno/sala, levando a que eliminação dos turnos escolares, maximizando o número de horas lectivas diárias (em vez de 3 passar a pelo menos 6 horas no ensino primário);
4. Reforço nos currículos e nas práticas pedagógicas dos professores do ensino de base dos valores relacionados com a cidadania, a democracia, o meio ambiente, a paz e a justiça social;
5. Fomento da pesquisa - acção para o desenvolvimento do bilinguismo e consolidação do ensino do português como segunda língua, adequado ao contexto sociolinguístico nacional;
6. Reforço dos mecanismos de controlo e distribuição de materiais escolares e da merenda escolar, que permitam assegurar de facto a gratuitidade do ensino de base, incluindo o apetrechamento de bibliotecas escolares, o fornecimento de kits pedagógicos e de batas aos alunos;

7. Reforço dos programas de formação e de capacitação de professores, incluindo a formação contínua de professores em matéria de necessidades educativas especiais;
8. Reforço da relação escola-família, criando os sistemas que permitam a participação das famílias e dos alunos na gestão escolar;
9. Implementação de novos modelos de gestão e de coordenação pedagógica, num modelo que permita a autonomia das escolas e o seu papel como centro de aprendizagens;

Objectivo 3

Estratégias:

1. Desenvolver o ensino secundário fundamentalmente numa perspectiva de inserção de jovens no mercado de trabalho contribuindo para a geração de oportunidades de trabalho para os jovens, promovendo a sua qualificação e desenvolvimento de competências para o trabalho;
2. Aumento significativo da oferta de serviços de formação profissional (de curso e longa duração);
3. Fortalecimento dos projectos e acções de geração de trabalho e de rendimentos;
4. Criação e implementação de políticas que permitam a generalização de serviços de apoio aos jovens para a abertura de actividades geradoras de rendimento e de emprego em todos municípios do país;
5. Generalização para todos municípios de Programas Integrados que combinem a Formação Geral (Alfabetização e Pós-Alfabetização) com a Formação Profissionalizante;
6. Qualificação de jovens para o mercado de trabalho na área da Tecnologia da Informação (TI) suprir a falta de mão-de-obra qualificada e permitir que a partir dos centros de formação os formandos tenham acesso às últimas tecnologias, e assim concorrer em melhores condições no mercado de trabalho permitindo ainda a da formação de novos talentos para o sector das TI;
7. Desenvolver as capacidades empreendedoras dos jovens incentivando a criação de novas empresas com ideias inovadoras e de uma forma sustentada, permitindo a criação de novos postos de trabalho;
8. Criação de Programas Integrados que permitam aos alunos que Concluam o Ensino Primário, desenvolver Capacidades, Habilidades e Atitudes Relevantes para o Exercício da Cidadania e Inserção na Vida Activa.
9. Promover o diálogo entre empregadores, formadores, formandos e a comunidade local.

Objectivo 4.

Estratégias:

1. Desenvolvimento de programas de educação não formal integrados na fase de pré-alfabetização orientados para as necessidades dos beneficiários, ligados á programas geradores de rendimento;
2. Revitalizar o funcionamento da Comissão Nacional de Alfabetização, órgão consultivo multi-sectorial que se ocupa da coordenação e execução do Programa de Alfabetização a diferentes níveis e escalões;
3. Desencadear uma vasta campanha de divulgação da alfabetização para manter informada a sociedade e obter maiores níveis de mobilização e aderência;
4. Envolver os estudantes, os funcionários públicos reformados, principalmente os professores, no Programa de Alfabetização;
5. Regulamentar o estatuto da carreira do alfabetizador e melhorar o sistema de remuneração do trabalho dos mesmos;
6. Promover uma maior assunção da problemática da alfabetização por parte do poder político e uma maior articulação entre o subsistema escolar e extraescolar;
7. Reforçar as diferentes abordagens de alfabetização de adultos para melhorar a qualidade e funcionalidade da alfabetização e educação de base de adultos;
8. Construção, reabilitação e apetrechamento das Escolas Polivalentes e Centros Educativos Polivalentes.

Objectivo 5.

Estratégias

1. Reforçar as competências técnicas dos gestores escolares e professores para implementarem a política de género nas escolas;
2. Aumento do acesso e melhoria gradual da qualidade de ensino básico na perspectiva de género, assegurando a retenção das meninas nas escolas;
3. Sensibilização das famílias e das comunidades para a problemática do género, do VIH/SIDA e do meio ambiente;
4. Criação de condições infraestruturais sensíveis ao género, que permitam por exemplo o acesso a quartos de banho para meninas e para rapazes;
5. Consolidação dos programas que promovam a equidade nas relações sociais entre os distintos agentes educativos;
6. Promoção /reforço dos programas de informação, educação e comunicação sobre o VIH/SIDA dentro da sala de aulas e nas escolas em todos municípios, assim como a integração destes conteúdos no currículo escolar;

7. Estabelecer mecanismos através dos quais os trabalhadores e estudantes tenham acesso à serviços de referência que assegurem os cuidados e apoio, incluindo os serviços de protecção da criança (para aquelas em situação de risco e vítimas de abusos e exploração);
8. Assegurar que a merenda escolar das crianças vivendo com o VIH recebam a alimentação adequada as suas necessidades nutricionais;
9. Educar as crianças para a utilização e preservação do meio ambiente.

Objectivo 6

Estratégias

1. Deesenvolvimento e generalização do programa de Escolas Amigas da Criança como modelo que permitirá a integração e desenvolvimento integral das crianças nas escolas como instrumento para a promoção da qualidade do ensino;
2. Adopção de medidas políticas e de normas que permitam fiscalizar, controlar e avaliar as actividades pedagógicas nas escolas;
3. Reforço do programa de formação e capacitação técnica e administrativa de gestores escolares, supervisores e inspectores escolares;
4. Definição do estatuto do gestor escolar para os diferentes níveis e Subsistemas de ensino;
5. Implementação de um sistema de incentivos materiais e profissionais para os gestores escolares, particularmente para os do meio rural;
6. Criar sistemas de financiamento às escolas que garantam a autonomia das escolas;
7. Estabelecer parcerias público-privadas locais, incluindo o reforço das relações entre a escola, a família e a comunidade.

4.3 RECOMENDAÇÕES

- Melhorar os programas de formação dos professores;
- Que sejam reavaliadas as aprendizagens para reforçar os indicadores de qualidade e os resultados e a eficácia dos sistema de ensino. Os dados disponíveis não são credíveis, uma vez que os resultados têm sido apontados para uma realidade em que a aprendizagem da leitura, da escrita e da matemática são deficientes;
- Que haja um maior esforço para eliminar os estereótipos e comportamentos que impedem o desenvolvimento igualitário das raparigas e rapazes no que diz respeito as competências e habilidades para a vida. A problemática do género não deve apenas ser olhada desde a perspectiva do acesso á escola ou da frequência. É preciso olhar para outras dimensões, sobretudo para as questões comportamentais e culturais mais profundas, ligadas a hábitos e práticas culturais que perpetuam o papel da mulher e relegam a importância da sua inserção no livre e sem impedimentos de nenhum tipo, no mercado de trabalho e na vida activa. Os problemas do género afectam a retenção das meninas na escola, a promoção escolar e a aprendizagem.

ANEXOS

Tabela 1 : número de instituições e crianças atendidas por província na pública e privada–
2012

Centros Infantis	Nº de Crianças	CIC- CECs	Nº de Crianças	Total de Instituições Infantis	Total de crianças	Nº de Educadores	Nº de Vigilantes
164	40.720	334	62.297	498	103.017	472	2.306

Fonte: MINPLAN, MINARS

Tabela 2: Dados sobre Formação Profissional de 2009-2011

	2009	2010	2011	Total
Inscritos	78,269	48,524	62,630	189,423
Matriculados	59,201	47,805	44,525	151,531
Aptos	52,042	46,850	34,227	133,119
Não Aptos	2,131	136	2,213	4,480
Desistentes	5,028	819	8,085	13,932

Fonte: INEFOP, MAPTSS, 2013, em <http://www.mapess.gv.ao/images/DadosEstistico/>

Tabela 3: Número de Formados por Níveis de Formação Profissional

	2009	2010	2011	Total
Iº Nível	26,479	20,565	17,267	64,311
IIº Nível	18,749	17,063	10,256	46,068
IIIº Nível	6,684	8,460	5,718	20,862
IVº Nível	130	762	986	1,878
Total	52,042	46,850	34,227	133,119

Fonte: INEFOP, MAPTSS, 2013, em <http://www.mapess.gv.ao/images/DadosEstistico/>

Tabela 4: Dados evolutivos dos Formados por Especialidade

Profissões	2009	2010	2011	Total
Agricultura	886	468	337	1691
Refrigeração	1,311	1,091	1,47	3,839
Electricidade de baixa tensão	6,904	3,522	2,45	12,851
Canalização	463	688	359	1510
Carpintaria	415	281	108	804
Serralharia Civil	2,315	2,094	1,90	6,349
Pedreiro	2,163	1,960	1,845	5,968
Mecânica-Auto	972	878	603	2,453
Bate-Chapas	1	301	312	614

Electricidade auto	2	416	399	817
Informática	25,43	24,40	16,364	66,297
Decoração	999	552	1,021	2,572
Corte e Costura	1,523	850	1,01	3,374
Inglês	1,637	1,843	716	4,196
Contabilidade	1,449	1,524	821	3,794
Soldadura	531	511	141	1,183
Hardware	1,259	1,687	1,12	4,078
Electrónica	470	463	339	1,272
Panificação e Pastelaria	844	654	886	2,384
Estucador	487	489	311	1,287
Desenhador Projectista	187	201	298	686
Culinária	801	902	401	2,104
Autocad	408	402	712	1,522
Orçamentista de construção civil	102	101	108	311
Artesanato femenino	440	512	211	1,163
Total	52,02	46,80	34,7	133,119

Fonte: INEFOP, MAPTSS, 2013, em <http://www.mapess.gv.ao/images/DadosEstistico>

Tabela 5: Indicadores de Alfabetização e Ensino Secundário

Indicador	Angola	Residência		Sexo	
		Urbana	Rural	Masculino	Feminino
Taxa de Alfabetização (%)	65.6	81.8	80.6	80.9	51.9
Taxa líquida de frequência do Ensino Secundário	18.9	29.7	4.6	20.6	17.4
Atraso escolar (12-17 anos)	58.5	53.5	66.7	61.6	55.5

Fonte: IBEP, 2011

Tabela 6: Alunos Matriculados na Alfabetização e Ensino Secundário de 2008-2012

Nível de Ensino	2008	2009	2010	2011	2012
Alfabetização	502,350	532,491	532,943	561,424	578,267
Ensino Secundário (1º Ciclo)	363,210	406,795	507,125	619,841	638,436
Ensino Secundário (2º Ciclo)	212,347	231,695	253,208	314,355	323,786

Fonte: Ministério da Educação

Tabela 7: População com 6 ou mais anos de idade, segundo a frequência escolar

<i>A frequentar a escolar</i>			
	Homens	Mulheres	Total
Angola	45.2	39.9	42.4
Urbana	47.6	46.2	46.8
Rural	42.3	32.1	37.0

Fonte: Tabelas do IBEP, A4-R7 R1, Quadro 2.5.2.2

Tabela 8: Formação de Professores

Nível de Ensino	2008	2009	2010	2011	2012	TOTAL
Formação de professores	10,220	11,855	12,116	12,480	12,854	59,525

Fonte: Ministério da Educação, 2013

Tabela 9 Indicadores de produtividade do sistema de ensino

	Antigo Sistema	Novo Sistema
Taxa de Promoção	46,7%	80/
Taxa de repetência	26,8%	13,2%
Taxa de Desistência	27%	6,9%
Coefficiente de Eficácia	62%	90%

Fonte: Ministério da Educação, 2013

Tabela 9 : População com conhecimentos sobre VIH/SIDA

Indicador	Angola	Urbana	Rural
% da população com 15 – 24 anos com conhecimento suficiente sobre VIH e SIDA (identificam correctamente os métodos de transmissão e as concepções erradas sobre VIH e SIDA)	28.5	39.0	12.1